



**ACÓRDÃO Nº330/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 1680/2011 (4 volumes).**

**Aposos:** Processo nº 7514/2012, 1681/2011 e 1600/2011.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Fundo de Financiamento da Modernização Fazendária do Estado do Amazonas.

**4- Exercício:** 2010.

**5- Responsável:** Rosineide de Melo Roldao (Ordenador de Despesa), Francisco de Araújo F. Júnior (Ordenador de Despesa) e Isper Abrahim Lima (Gestor)

**6- Unidade Técnica:** DICAD/AM.

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 367/2015-MP-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls. 783).

**8- Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo de Financiamento da Modernização Fazendária do Estado do Amazonas. Exercício de 2010.

*Regularidade com Ressalvas. Determinação.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1. Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas do Fundo Financeiro de Modernização Fazendária – SEFAZ-14.701, exercício 2010, sob a responsabilidade do Sr. Isper Abrahim Lima, Secretário de Estado da Fazenda, da Sra. Rosineide de Melo Roldão, Secretária Executiva de Assuntos Administrativos e Ordenadora de Despesas, no período de 1.1.2010 a 8.6.2010, e do Sr. Francisco de Araújo Ferreira Júnior, Secretário Executivo de Assuntos Administrativos e Ordenador de Despesas, no período de 9.6.2010 a 31.12.2010, nos termos do nos termos do inciso II do artigo 1º e inciso II do artigo 22 da Lei Estadual nº 2.423/96, dando quitação e condicionando-os ao atendimento do art. 24, c/c o inciso II do art. 72, todos da Lei Estadual nº 2.423/96;

**9.2. Determinar** à Secretaria de Estado da Fazenda - Sefaz, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM, que zele pelo adequado preenchimento das informações no Sistema E-Contas, nos termos da



**ACÓRDÃO Nº 330/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Resolução nº 13/2015-TCE/AM, alimentando-o com todas as informações determinadas;

- 9.3. Determinar** à Controladoria Geral do Estado - CGE que cumpra seu dever constitucional de controle interno, nos termos do art. 74 da CF/88, perante os órgãos do Estado do Amazonas, sob pena de aplicação de multa prevista no inciso VI do art. 308 do RI-TCE/AM (multa por grave infração à norma legal).

**10- Ata:** 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 4 de Abril de 2017.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**12.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**13- Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR**

Conselheiro-Presidente

**ALIPIO REIS FIRMO FILHO**

Auditor-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**

Procurador-Geral